

ESTÁ AMEAÇADA A ECONOMIA DO PAÍS

COM A POSSÍVEL ADESAO DE PORTUGAL AO

«MERCADO COMUM EUROPEU»!



Certos círculos imperialistas e reaccionários estrangeiros fazem grande propaganda em volta da criação do «mercado comum europeu». As nações industrializadas da Europa ocidental, como a Alemanha, a Inglaterra e a França estão interessadas em deitar abaixo as barreiras aduaneiras dos pequenos Estados europeus, que defendem a sua actividade industrial da concorrência estrangeira, para depois invadirem esses países com a sua produção industrial e agrícola a preços mais baixos e se assenhorearem assim dos mercados dos pequenos países.

Portugal, como país aderente da Organização Europeia de Cooperação Europeia, está também indicado como participante possível desse «mercado comum». As perspectivas que se oferecem ao nosso país, caso o governo de Salazar aceite participar nesse «mercado comum», não são nada lisonjeiras, antes pelo contrário. Com efeito, se Portugal vier a aderir a esse «mercado comum» teria de suprimir os direitos alfândegários que dificultam a entrada de certas mercadorias estrangeiras e teremos assim imediatamente o nosso país invadido pela produção industrial e agrícola de todos os outros países europeus mais desenvolvidos, particularmente da Alemanha Ocidental, Inglaterra e França, e a nossa indústria (que já luta com tantas dificuldades!) ver-se-á impotente para poder aguentar a concorrência desenfreada da grande indústria estrangeira, será lançada na ruína completa.

Estas perspectivas trágicas para a economia portuguesa com a criação do «mercado comum europeu» são tão evidentes, que o próprio ministro da Presidência, Dr. Marcelo Caetano, foi forçado a reconhecer numa entrevista concedida aos jornalistas que «a posição portuguesa é extremamente delicada» pois «demolir as barreiras da nossa indústria inci-

piente, será comprometer o esforço que estamos a fazer para transformar a estrutura económica do país e melhorar o nível de vida dos portugueses» (jornais de 16-2-57).

A afirmação feita pelo Dr. Caetano quanto aos inconvenientes e ao «perigo» de Portugal ficar isolado dos países aderentes ao «mercado comum», no caso de não querer aderir, não tem grande fundamento. O mal da economia portuguesa está exactamente em ter-se limitado a partir de 1945 o nosso comércio com os países Marshallizados aderentes à União Europeia de Pagamentos e não se terem procurado mais cedo novos mercados com os países do Leste europeu, particularmente o gigantesco mercado da União Soviética.

O Partido Comunista previu as consequências desastrosas da política comercial seguida pelo governo ao limitar o nosso comércio externo a um reduzido número de países e ao descuidar o fomento da indústria e da agricultura portuguesas.

A salvaguarda dos interesses económicos nacionais exige que o nosso país e o Governo se recuse a entrar para o «mercado comum europeu»! Aderir, será trair o progresso industrial e agrícola da Nação, será amarrar a economia portuguesa aos interesses das grandes potências industriais da Europa ocidental, particularmente dos magnates alemães do grande centro industrial do Rhur.

A ameaça grave que pesa sobre a economia nacional — dado que não temos nenhuma garantia que o governo de Salazar não traia mais uma vez os interesses nacionais para servir interesses estranhos — exige que todos os industriais, agricultores e comerciantes se movimentem através das suas associações de classe para impedir que Portugal adira ao chamado «mercado comum europeu» e lutem por relações comerciais livres com todos os países.

SEPARATA DO «AVANTEI» N.º 231 MARÇO DE 1957

(LEIA E DIFUNDA)



O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

e a Comissão Promotora do Voto



Já há tempos que vários camaradas nos perguntam qual é a posição do nosso Partido em relação à Comissão Promotora do Voto. Vamos responder hoje à pergunta desses camaradas.

Qualquer organismo ou movimento que se constitua para lutar contra o arbítrio e pela legalidade e a democracia não pode deixar de ser saudado por aqueles que há 30 anos se encontram nas primeiras linhas de combate pela causa sagrada da democracia e da liberdade.

Nesse sentido, o nosso Partido saúda o aparecimento da Comissão Promotora do Voto e declara o seu franco apoio a algumas das tarefas que se propõe realizar e a alguns objectivos que se propõe atingir.

Numa entrevista ao «Diário de Lisboa», em 23 de Janeiro passado, o presidente da Comissão Promotora do Voto, Dr. António Sérgio, declarou que a Comissão nada tinha de partidarismo. Saudamos tal declaração, que julgamos corresponder aos desejos da maioria esmagadora dos democratas e anti-salazaristas.

Como toda a gente sabe, aos partidos políticos (excepção feita à União Nacional) não é permitida actuação legal. Procurar, nestas condições, saber a filiação partidária de alguém não será acaso expor esse alguém à repressão e às violências policiais?

Como o Sr. António Sérgio, pensamos que quaisquer comissões ou movimentos democráticos que se proponham actuar à luz clara do dia DEVEM SER ISENTOS DE QUAISQUER PARTIDARISMOS. OS PARTIDOS NADA TÊM ALI QUE FAZER, MAS APENAS OS DEMOCRATAS E ANTI-SALAZARISTAS, COM OU SEM PARTIDO, ALI DEVEM TER LUGAREM REPRESENTAÇÃO PESSOAL, NA SUA QUALIDADE DE DEMOCRATAS E ANTI-SALAZARISTAS E NADA MAIS.

E porque assim pensamos, não podemos deixar de estranhar e de considerar altamente prejudicial para a luta geral do nosso povo pela liberdade e a democracia que apareçam algumas pessoas entre os democratas a defenderem exclusões desta ou daquela corrente, desta ou daquela pessoa. A nosso ver, tais posições tomam todo o carácter partidarista e até mesquinhamente pessoal, que urge evitar a todo o custo para bem da unidade anti-salazarista e da luta geral contra o governo de Salazar, governo que teima em não querer ceder de boa vontade ao nosso povo o direito de escolher em eleições livres os governantes que deseja ter e aos portugueses o direito de professarem as ideias que julgam melhores para conduzirem o país ao progresso e o povo ao bem-estar a que tem direito e que os recursos nacionais lhe podem perfeitamente proporcionar.

Declarou o Sr. António Sérgio, na entrevista citada, que a Comissão Promotora do

Voto pugna pela perfeita ordem e honestidade de todos os actos eleitorais. Dissuamos mais aquele senhor que todos os membros da Comissão eram republicanos, mas que «gostaria de ver nela monárquicos, liberais e parlamentaristas e até membros da União Nacional QUE DESEJASSEM ELEIÇÕES PERFEITAMENTE LIVRES E HONESTAS, COM PERFEITO RECENSEAMENTO E COM TODAS AS GARANTIAS DE FISCALIZAÇÃO».

(O sublinhado é nosso). Concordando com isto não podemos deixar de assinalar que há dentro das comissões promotoras do voto pessoas que aconselham e põem em prática uma política de exclusões.

Não obstante esta flagrante contradição, que poderá ser eliminada facilmente, perguntamos:

Quem é que entre os democratas e anti-salazaristas de verdade pode estar em desacordo com a luta por tais objectivos? Quem é que entre os democratas e anti-salazaristas deixará de defender a unidade anti-salazarista, sem quaisquer exclusões, com vista à conquista mais rápida de tais objectivos? Momento, como se constata atrás um ou outro iludido que julgue ingenuamente que o governo de Salazar fará quaisquer concessões SEM QUE A ISSO SEJA FORÇADO PELA LUTA UNIDA DE TODOS que odeiam os seus métodos de governo anti-democráticos.

Tendo pontos de vista discordantes com a Comissão Promotora do Voto particularmente quanto a exigências que se fazem para a formação das comissões, o Partido Comunista Português concorda, no entanto, plenamente com a declaração do Sr. António Sérgio transcrita atrás. E, porque assim é, aconselha a classe operária, todos os trabalhadores, os intelectuais, os camponeses, comerciantes e industriais, os jovens, as mulheres, todos os anti-salazaristas A CONSTITUIREM RÁPIDAMENTE NOS LOCAIS DE TRABALHO, DE ESTUDO E DE HABITAÇÃO COMISSÕES PROMOTORAS DO VOTO PARA MOBILIZAREM PARA A ACCÃO TODOS OS PORTUGUESES E PORTUGUEZAS QUE DESEJEM A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES PERFEITAMENTE LIVRES E HONESTAS, COM TODAS AS GARANTIAS DE FISCALIZAÇÃO. E para, desde já organizarem a campanha eleitoral e mobilizarem as massas a participarem nela.

A União Nacional, servindo-se dos edifícios públicos, já começou a sua campanha eleitoral com uma sessão de propaganda no concelho da Maia, no passado dia 8. Os democratas e anti-salazaristas não podem nem devem ficar de braços cruzados, devem passar imediatamente à acção exigindo para si os mesmos direitos e facilidades que o governo concede à União Nacional.

